

VOLUNTARIADO COMO FORMA DE AUXILIO NA IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ORDENAMENTO DO ESPAÇO PROTEGIDO E TURÍSTICO- CASO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.

Claudio Alexandre de Souza¹
Adéli Luna Schulze²

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi o de identificar como o voluntariado pode ser inserido na implementação e manutenção efetiva do plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu - PNI, como forma de contribuir no ordenamento do espaço desta área natural protegida com potencial para uso turístico. Este estudo é resultado de pesquisa documental, observação e entrevistas não estruturadas junto ao PNI, para fins de realização de uma monografia, do curso de Turismo da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, divisa do Brasil com Argentina; realizada de maio a agosto do ano de 2009. Os aportes teóricos que deram base para esta pesquisa fundamentam-se em 03 áreas distintas, sendo o voluntariado em UC elemento base do estudo, bem como as bases legais: (BRASIL, 1876); (BRASIL, 1985); (BRASIL, 1998); (BRASIL, 2004); (MMA, 2004) e (MMA, 2005); as bases teóricas em voluntariado em UC's com: (KINKER, 2002); (ANDERSON, 1998); (DOMENEGHETTI, 2001); (PARKS, 2009) e, também, ordenamento territorial com: (ALFONSO, 2004); (CAMARGO, 2004); (REBOLLO, 2004); (SILVEIRA, 2000); (REDDAM, OLIVARES, 2008) e (KANFOU, 2006).

Palavras-chave: voluntariado; ordenamento; plano de manejo.

¹ Professor do Curso de Hotelaria – UNIOESTE Campus de Foz do Iguaçu. Doutorando em Geografia – UFPR / ICRT - LMU; Mestre em Hospitalidade –UAM; Especialista em Ecoturismo e Educação Ambiental – UFLA e Bacharel em Turismo e Hotelaria – UNIVALI. E-mail: cas_tur@yahoo.com.br

² Bacharel em Turismo – UNIOESTE.

Introdução

O adequado ordenamento de um espaço por sua vez já pressupõe uma correta gestão do mesmo, este sendo então uma unidade de conservação uma área protegida recomenda-se que o seja feito de forma a zelar pela área pela qual foi criada.

Nesta pesquisa se analisa como, ou em qual parte de um Plano de Manejo, ferramenta utilizada para a adequada gestão do espaço, em uma UC, pode receber suporte para sua execução de ações de programas de voluntariado.

O objetivo desta pesquisa em específico foi o de analisar como ações voluntárias poderiam contribuir com a gestão do ordenamento territorial do Parque nacional do Iguaçu, através da ação destes no Plano de Manejo criado para gestão do espaço.

Compreender, em função de estudos científicos, como ações voluntárias podem contribuir para a melhoria da gestão e ordenamento de territórios e promover esta discussão leva a compreensão de como a ciência pode atuar no espaço, contribuindo para a eficácia do ordenamento.

Quando este espaço é carente de ação de ordenamento, pelas suas características bióticas, razão pela qual leva a área a ser registrada pelo estado como área protegida, faz-se mais premente ainda.

Este estudo e resultado, ou parte, dos estudos de trabalho de conclusão de curso da aluna, ex funcionária da área estudada e do docente orientador do referido trabalho, atuante na área de voluntariado em UC's pelo Brasil e pelo mundo.

Este estudo e resultado de pesquisa de campo, realizado a posterior pesquisa bibliográfica e documental, e observação realizada pelos autores ao longo de suas experiências profissionais em UC's, e no local estudado.

Pode-se observar que dentre os programas e subprogramas previstos no Plano de Manejo, instrumento utilizado para o ordenamento do territorial, pode se atuar com serviço voluntário em 70% dos mesmos.

Embasamento teórico

O embasamento teórico deste artigo, para melhor compreensão do mesmo esta subdividido em quatro partes, sendo elas: Voluntariado em Unidades de Conservação,

Parque Nacional do Iguaçu, Plano de Manejo e Ordenamento Territorial.

Voluntariado em Unidade de Conservação

O trabalho voluntário em Parques Nacionais é uma tradição em vários países, como Estados Unidos Itália e Nova Zelândia, onde os voluntários são os principais responsáveis pela manutenção dos sistemas de trilhas e por realizar trabalhos educativos junto aos visitantes. (SOUZA, 2007) (MMA, 2008)

Na Austrália, país que também desenvolve ações de voluntariado em UC, existe a organização Conservation Volunteers Australia³, que atua desde 1982 na missão de “atrair e gerenciar uma força de voluntários em projetos de conservação em práticas para a melhoria do meio ambiente australiano” (CONSERVATION, 2009).

Nos EUA existe um serviço de proteção aos parques, o *National Park Service*⁴ que atua em parceria tribos indígenas, estados, governos locais, colonizadores, ONG's e outros que se dispõem a contribuir voluntariamente com a preservação desde locais.

No estado da Califórnia – EUA também há uma forte atuação de voluntários no desenvolvimento de atividades nos parques estaduais. Lá os voluntários auxiliam em quase todas as atividades das unidades como orientação aos visitantes, educação ambiental, manutenção de instalações, segurança, gestão de recursos naturais e culturais e outras (CALIFORNIA, 2009).

Pesquisadores da Universidade de Minnessota nos EUA elaboraram, durante três décadas, uma espécie de manual que objetivava identificar e descrever alternativas de “gerência” para enfocar o visitante como causador de impactos tendo como base livros de 1987 e 1989 relacionados ao tema.

Este manual, *Maintaining the Quality of Park Resources and Visitor Experiences*⁵, foi testado no ano de 1997 em 4 Parques Nacionais dos EUA: Arches, Mesa Verde, Grand Teton e Yellowstone. Em seu contexto encontram-se algumas fases a serem tomadas no processo de decisão para a implantação da atividade de voluntários em um Parque Nacional e também alguns estágios que visam manter a qualidade dos recursos do parque e a experiência dos visitantes durante a visita.

³ Voluntários para Conservação da Austrália.

⁴ Serviço Nacional de Parques.

⁵ Mantendo a qualidade dos recursos dos parques e as experiências dos visitantes.

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza¹ Adélli Luna Schulze

No Brasil, até recentemente, as áreas protegidas eram consideradas espaços que deveriam ser isoladas de qualquer atividade humana, ficando à margem ou no caminho do processo de desenvolvimento. Essa visão provocou um cenário no qual pouquíssimos brasileiros se interessavam em visitar e conhecer essas áreas, gerando então, uma conseqüente falta de entendimento da importância de se manter tais espaços preservados e conservados. (MMA, 2002)

No ano de 2002, o MMA, teve como iniciativa ao fomento da atividade voluntária, a realização do Seminário Internacional “Voluntários nos Parques do Brasil: Conduta Consciente, Ética e Cidadania”, promovido pela Diretoria das Áreas Protegidas, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, em parceria com o Conselho do Programa de Comunidade Solidária.

Como resultado do evento, na atuação conjunta do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho do Programa de Comunidade Solidária, a fim de promover o trabalho voluntário em UC's propôs-se a criação do “Manual de Planejamento e Operação de Programas de Voluntariado em Unidades de Conservação”, sendo uma tradução adaptada do “*Volunteers in parks*” uma publicação do Serviço Nacional de Parques dos EUA. (MMA, 2002)

Parque Nacional do Iguaçu – PNI

As informações apresentadas sobre o PNI são resultados de pesquisa de campo junto a administração do parque; e documental no Plano de Manejo, da última revisão disponível datada do ano de 1999 (MMA, 2009), bem como do livro Parque Nacional do Iguaçu: Caminho aberto para a vida (URBAN, 2002), elaborado pela Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação.

Em 20 de outubro de 1930, pelo Decreto Nº. 2.153, o Estado do Paraná amplia para cerca de 3.300 ha a área já desapropriada, visando “*estabelecer uma futura povoação e um Parque Nacional*”. É ainda por meio do referido Decreto que o Estado do Paraná doa aquelas terras ao Governo Federal e após isso, em 10 de janeiro de 1939, através do Decreto Federal nº. 1.035, foi legalmente criado o PNI.

O parque tem seu espaço dividido entre Brasil e Argentina, abrangendo, do lado brasileiro, uma área de 185.262,5 hectares, com um perímetro de aproximadamente

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza¹ Adélli Luna Schulze

420km, dos quais 300 km são limites naturais representados por cursos d'água, sendo que lados brasileiro e argentino têm, juntos, aproximadamente 225 mil hectares. (ICMBIO, 2011)

Ele é o maior parque da Bacia do Prata e foi o primeiro parque no Brasil a receber um Plano de Manejo⁶, este elaborado em 1981 e revisado no ano de 1999. Por abrigar um importante patrimônio genético de espécies animais e vegetais, algumas ameaçadas de extinção, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, concedeu o título de Patrimônio Natural da Humanidade ao PNI no ano de 1986.

O Parque Nacional do Iguaçu contribui com aproximadamente 30% do total de visitantes de todos os Parques Nacionais brasileiros, o equivalente a aproximadamente 1,2 milhões de visitantes, sendo que todos os parques nacionais federais receberam conjuntamente no ano de 2008, um total de aproximadamente 3,5 milhões de visitantes, (PARQUE, 2008).

O PNI é Administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, autarquia federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, sendo de sua responsabilidade a execução de ações da política nacional de unidades de conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC's instituídas pela União.

Atualmente o PNI conta com 12 servidores públicos do ICMBio, lotados na unidade e 72 colaboradores terceirizados, distribuídos de acordo os setores pertinentes, conforme quadro a seguir:

⁶ Plano de Manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza⁷ Adélli Luna Schulze

Área de atuação	Número de colaboradores
Servidores do ICMBio	12
Setor Administrativo	36
Manutenção e Limpeza	18
Vigilância	18
Total	84

Quadro 3 – Distribuição dos colaboradores do PNI – ICMBio.

Fonte: Setor de Recursos Humanos/PNI, 2009

Além do total de colaboradores descritos no quadro acima, o PNI conta também com o auxílio do Batalhão da Polícia Florestal, localizado no interior da unidade, por meio de um convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná - SSP, através da Força Verde.

Esta parceria ocorre desde o ano de 1970 e as principais ações desenvolvidas são o patrulhamento na unidade e no entorno, suporte nas ações do setor de proteção do PNI, investigação criminal dos usos furtivos na unidade, bem como a apuração de denúncias e, oferecem também, apoio no manejo e encaminhamento de espécies problema da fauna sinantrópica⁷. Por questões de segurança o efetivo total de policiais não é divulgado pela SSP.

Plano de manejo

Segundo Urban (2002, p. 61), “o plano de manejo deve ser um guia para todas as atividades desenvolvidas na UC”, desde as atividades básicas do manejo até a recuperação ou restauração de áreas que necessitem de maior intervenção.

Isto posto pode-se compreender um PM como o documento que norteia as praticas a serem desenvolvidas na gestão adequada do espaço de uma UC, visando o seu correto ordenamento para futuros usos.

⁷ Animais que vivem próximos às habitações humanas, geralmente em busca de alimento e abrigo.

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza¹ Adéli Luna Schulze

Discute-se ainda a elaboração do PM de forma participativa (CABRAL, MATIAS, ROCHA, ARRUDA; AMARAL, 2008), como forma do mesmo ser elaborado com a participação efetiva dos atores do território que interagem com o mesmo.

Ressaltando que os espaços de UC pelas particularidades que muitos apresentam quando recebem demanda de atividade turística, tem a necessidade de seu ordenamento (Idem), visto os potenciais impactos que a atividade pode gerar para este ambiente.

Entendendo- se que desta forma a um PM poderá efetivamente reproduzir para o ordenamento do espaço par ao qual ele se refere as demandas dos atores que com o espaço convivem.

O primeiro Plano de Manejo - PM do PNI foi elaborado em 1979 e publicado dois anos depois pelo IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, responsável, na época, pelas UC's no âmbito federal. Este plano previa a necessidade de atualização num prazo de cinco anos, mas somente em 1994 foi submetido a uma avaliação.

Um novo estudo apontou que menos de 30% das ações previstas no PM de 1981 foram implementadas (PARQUE, 2002), e a última revisão deste PM aconteceu nos anos de 1998 e 1999, quando foi concluído

Ordenamento territorial

Em algumas reflexões sobre o ordenamento territorial (ALFONSO, 2004) argumenta sobre o fato de que o que se ordena efetivamente não é o território (SANTOS, 2009), (HAESBAERT, 2009) e (FIRKOWSKI, 2010), mas tão somente o espaço que se produzem as diferentes atividades humanas que geram o território.

Discutindo então as bases (ALFONSO, 2004) para o efetivo planejamento físico e de organização do espaço para que se cumpra este fim de realizar um adequado ordenamento territorial.

Ressaltando, entretanto a necessidade de políticas para que este ordenamento atenda aos preceitos legais, e com bases nestes atenda as demandas do espaço e efetivamente do território para o qual o mesmo se destina. (Idem)

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza¹ Adélli Luna Schulze

Em março de 2003 em um evento sobre ordenamento territorial, na Espanha, o mesmo foi aberto (DE LA RIVA, 2004) e fechado (REBOLLO, 2004) com apresentações sobre a relação desta discussão sobre como o ordenamento territorial pode contribuir com a busca pela sustentabilidade.

No primeiro momento (DE LA RIVA, 2004), discutindo sobre os instrumentos legais – planos, projetos, agendas, relatórios – internacionais, nacionais, regionais e locais que servem de base para um adequado ordenamento respeitando os documentos existentes que norteiam esta prática.

Finalizando (REBOLLO, 2004), o autor faz além de uma busca por documentos pertinentes ao ordenamento territorial, mas ao desenvolvimento local, fazendo a correlação com os informes apresentados.

Discussão também aplicada a realidade brasileira (DA SILVEIRA, 2000), também resultado de um evento, este para discutir a base local no Brasil, em 1997, quanto ao autor também se ampara nos documentos existentes, das diversas esferas de gestão administrativa do espaço público, para argüir sobre os procedimentos pertinentes e correlatos a ordenação territorial e ao desenvolvimento local.

Áreas que demandam um uso intenso com forte demanda de populações flutuantes demandam o correto ordenamento de seu espaço (Idem), uma área como uma UC, que torna-se uma UC pelo valor ambiental da sua flora, fauna ou elementos cênicos então demandam destas preocupações de forma mais contundente como se vê em Reddam (2008) e Camargo (2004).

Compreender estas preocupações e observar estes espaços naturais protegidos de forma a elaborar os respectivos PM necessários para o seu correto ordenamento, visando organizar a fruição dos mesmos faz-se necessário como previsto em lei para todas as UC do Brasil (CABRAL, MATIAS, ROCHA, ARRUDA; AMARAL, 2008).

Apresentação e análise dos dados

A pesquisa que resultou nos dados que dão base para este estudo, são oriundas do trabalho de conclusão do curso de Turismo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, no ano de 2009, sobre voluntariados em UC, caso do PNI.

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza¹ Adéli Luna Schulze

A mesma foi feita com pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática voluntariados em UC, tanto em PN nacionais quanto internacionais, visto a expertise dos mesmos em voluntariados, bem como com pesquisa de campo e entrevistas aos gestores do PNI.

Foram tabulados dados da pesquisa documental visando apresentar os programas do PM do PNI, e aonde poderia se tiver relações com ação de voluntários, e na seqüência resultados das pesquisas de campo em questões que abordavam o uso de voluntários na PNI.

Pesquisa Documental referente ao PM do PNI

Em todas as cinco grandes áreas identificadas pelos programas de manejo, vemos a possibilidade de contribuição benéfica de recursos voluntários, incrementando as ações de proteção e manejo dos recursos deste parque.

Dos dez subprogramas previstos nos programas do PM do PNI, pode-se identificar pelo menos seis deles em que os voluntários poderiam contribuir diretamente, ou seja, um auxílio em quase 70% das ações previstas no PM da unidade. A saber:

Quadro 4: Programas de Manejo X Contribuição de voluntários

Programas de Manejo	Subprogramas previstos	Contribuição de voluntários (Sim – S; Não – N)
Programa de Conhecimento	1- Pesquisa	S
	2- Monitoramento	S
Programa de Uso Público	1- Recreação	S
	2- Interpretação e Educação Ambiental	S
Programa de Integração com a Área de Influência	-	S
Programa de Manejo do Ambiente	1- Manejo dos Recursos	N
	2- Proteção	S
Programa de Operacionalização	1- Regularização Fundiária	N
	2- Administração e Manutenção	S
	3- Cooperação Institucional	N

Fonte: A autora, 2009

Observa-se que nos três primeiros programas pode-se trabalhar na sua totalidade com voluntários para a sua operacionalização, e os mesmos são de fundamental importância não só para a gestão efetiva de uma UC, com dados sobre a operação dos mesmos, como com as atividades que contribuem para a geração de renda para a manutenção financeira do mesmo.

E com base nos dados deste quadro, e nas pesquisas realizadas a respeito das ações previstas no PM do PNI e de que menos 30 % dessas ações foram implementadas até o ano de 2002, muitas em função da ausência de funcionários suficientes para realização das atividades previstas no PM do PNI.

Conforme pesquisas, destaca-se o fato de que a busca pela implementação de um programa de voluntariado junto a administração do PNI, é válida, visto que as possibilidades de atuação dos voluntários são identificadas facilmente nos objetivos e programas do parque.

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza; Adéli Luna Schulze

Com base nos dados deste quadro, a respeito da possibilidade de contribuição de recursos humanos voluntários no desenvolvimento de várias ações previstas no PM do PNI e de que menos pelo menos 70 % das ações dos subprogramas do PM do PNI, poderiam ser realizadas com ações de voluntários, um projeto desta natureza faz-se necessário e urgente para a efetiva ordenação territorial deste espaço.

Pesquisa de Campo com os Gestores do PNI

Este publico foi questionado sobre sua satisfação em relação ao número de servidores do ICMBio lotados na unidade em relação as atividades que tem que desenvolver para o adequado funcionamento da mesma.

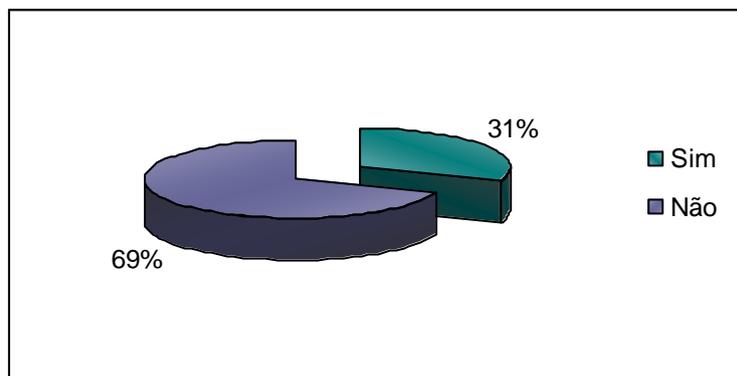


Gráfico 01: O PNI tem servidores suficientes para sua boa gestão?

Fonte: A autora, 2009

Quanto ao número de servidores federais lotados atualmente na unidade, 69% dos funcionários afirmaram que este número não é suficiente para o pleno desenvolvimento das atividades da unidade e 31% responderam ser suficiente, alguns destes pesquisados lembraram que há pouco tempo houve um acréscimo no número de servidores na unidade.

Esta é uma identificação essencial para a compreensão desta problemática, pois os próprios funcionários da unidade apontam a deficiência de pessoal para o desenvolvimento de ações na UC.

Quando questionados sobre a possibilidade dos voluntários atuarem visto a carência de servidores, 92% dos entrevistados afirmaram que os voluntários poderiam contribuir com melhorias nas UC's, contra 8% que opinaram ao contrário. Os motivos

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza, Adéli Luna Schulze

identificados, tanto para os que responderam positivamente como para aqueles que não acreditam na possibilidade de melhoria, estão representados nos dois gráficos a seguir.

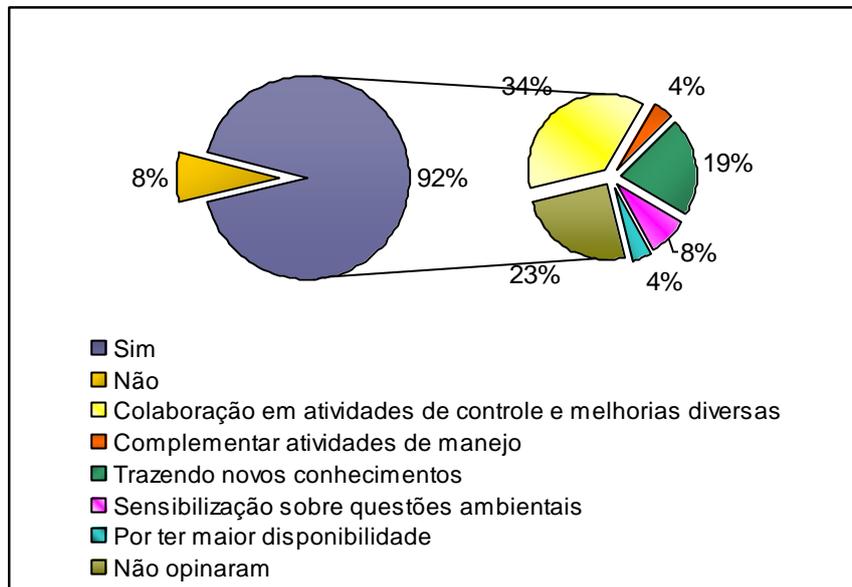


Gráfico 02: Voluntários poderiam atuar na gestão da UC, Por que?

Fonte: A autora, 2009

Percebe-se neste gráfico a riqueza de atividades identificadas pelos entrevistados quanto às contribuições dos voluntários para as UC's. 34% disseram que os voluntários poderiam colaborar em atividades de controle e melhorias diversas, 19% identificaram que a contribuição com novas idéias seria importante, 8% apontaram que ajudaria na sensibilização ambiental, 4% afirmaram que seria importante para complementar as atividades de manejo das unidades, outros 4% disseram que os voluntários teriam maior disponibilidade de tempo podendo assim contribuir de diversas formas e 23% não identificaram o motivo exato.

As atividades aqui identificadas podem ser utilizadas como base na elaboração de um programa para as UC's, pois são necessidades apontadas por aqueles que conhecem as atividades da unidade.

Foi questionado também sobre a importância dos voluntários para uma UC, e ai observa-se o destaque que os mesmos poderiam ter, e na pergunta seguinte já se evidencia um direcionamento dos mesmos para implementar ações previstas pelo PM, para o ordenamento territorial do espaço da UC.

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza; Adéli Luna Schulze

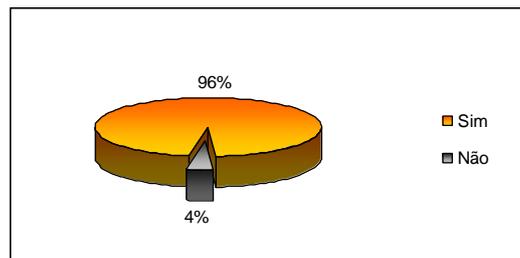


Gráfico 03: O trabalho de voluntários seria importante para o PNI?

Fonte: A autora, 2009

Observa-se, que 96% dos funcionários entrevistados afirmaram que para o PNI seria importante a contribuição do trabalho de voluntários e apenas 4% disseram que não, alterando o pensamento anterior dado o conhecimento que têm de suas realidades diárias na unidade.

Destes 96%, 34% afirmaram que ajudaria na melhoria da gestão do parque, 12% identificaram que seria um bom apoio para a preservação e conservação ambiental, 12% disseram que teria boa contribuição com novos conhecimentos, 4% apontaram que contribuiria nas atividades do manejo e 34% não identificaram os motivos, conforme vemos no gráfico abaixo.

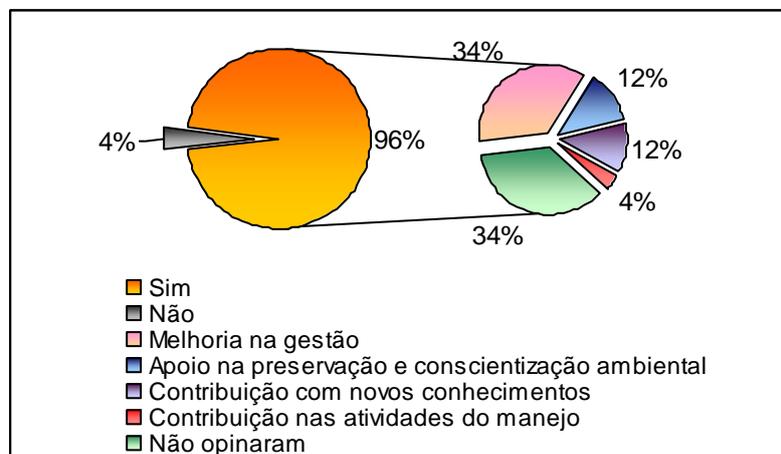


Gráfico 04: Por que seria importante?

FONTE: A autora, 2009

Da mesma maneira com que trata-se as respostas apresentadas no gráfico 04, estas atividades aqui identificadas devem ser vistas como base na elaboração de um programa de voluntariado para o PNI de forma a efetivar a implementação das ações necessárias em um PM, pois são pontos apontados por aqueles que lidam diretamente com as atividades do parque.

Considerações finais

Quanto ao objetivo deste estudo, observa-se que as áreas do PM do PNI, que podem ser desenvolvidas como auxílio de voluntários, e a posição dos servidores do PNI, sobre a questão do uso de voluntários na gestão do PNI, não se compreende porque esta prática não se efetiva, e porque o ordenamento territorial, com a efetiva implementação do PM, não se faz presente neste espaço.

Discute-se ainda as possibilidades de se observar programas de voluntariados em UC, no exterior, usando-as como benchmarking, para uma implementação consistente de um programa desta natureza.

O ordenamento territorial de uma UC, através da consolidação das ações previstas nos referidos PM, como neste caso não se fazem presente face também, a carência de servidores, e pensar em alternativas possíveis, pragmáticas faz-se objeto deste estudo.

Compreender as razões pelas quais práticas como as estudadas, apesar de ainda de forma exploratória neste estudo, não se efetivam na prática deve ser merecedor de outros estudos, tendo em vista que os espaços protegidos que são os prejudicados pela falta de prática efetiva de ordenamentos territoriais aplicáveis.

Referencias bibliograficas

ALFONSO, Luciano P. Algunas reflexiones sobre las cuestiones centrales de la ordenacion territorial. In: APARICIO, JOSÉ M.; REBOLLO, ENRIQUE O. **Ordenacion del territorio y desarrollo sostenible**. Madrid: Ciudad Argentina, 2004.

ANDERSON, Dorothy H. *et al. Maintaining the Quality of Park Resources and Visitors Experiences*. St. Paul, Minnesota: University of Minnesota, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 4.519, de 13 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais e dá outras providências. Diário Oficial da União de 16/02/2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.513 de 16 de dezembro de 2004**. Regulamento o art. 3ºA da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2004.

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza¹ Adéli Luna Schulze

BRASIL. **Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.** Aprova o regulamento dos Parques Nacionais. Diário Oficial da União de 21/09/1976.

BRASIL. **Lei nº 7.352 de 28 de agosto de 1985.** Institui o Dia Nacional do Voluntariado. Diário Oficial da União de 29/08/1985.

BRASIL. **Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998.** Dispões sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 1998.

CABRAL, Zwyla; MATIAS, Ana R.; ROCHA, Anny C.; ARRUDA M.; AMARAL, Patricia D. A.. **A importância do plano de manejo nas unidades de conservação para o Desenvolvimento de um turismo sustentável.** In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTAVEL, 2, 2008, Fortaleza, Anais... Fortaleza: [S.I.], p. 1-16.

CAMARGO, Lolymer H. El Parque Nacional de la Sierra Nevada de Mérida y las relaciones sócio-culturales com municipios del área. In: APARICIO, JOSÉ M.; REBOLLO, ENRIQUE O. **Ordenacion del território y desarrollo sostenible.** Madrid: Ciudad Argentina, 2004.

CONSERVATION. Disponível em: <<http://www.conservationvolunteers.com.au/>>. Acesso em: 26 AGO. 2009

DALCUMENE, Maria A. **Manual do voluntário.** Curitiba: IAP, 2005.

DE LA RIVA, Javier L. La ordenacion del território como instrumento para desarrollo de la sustentabilidad. In: APARICIO, JOSÉ M.; REBOLLO, ENRIQUE O. **Ordenacion del território y desarrollo sostenible.** Madrid: Ciudad Argentina, 2004.

DOMENEGHETTI, A. M. **Voluntariado: gestão do trabalho voluntário em organizações sem fins lucrativos.** 2.ed. Esfera: São Paulo, 2001.

FIRKOWSKI, Olga L. C. (Org.). **Transformações territoriais: experiências e desafios.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

GARCIA, O.; BLASCO, A.; CORULLON, M. B. G.; NEUMANN, R. A. **Planejamento e Gerenciamento de Programas de Voluntários: o papel do coordenador.** Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária: São Paulo, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

ICMBIO. Disponível em:
<http://www.icmbio.gov.br/parnasos/index.php?id_menu=3&id_arq=21>. Acesso em: 03 mar. 2009.

Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do parque nacional do Iguaçu.

Claudio Alexandre de Souza; Adéli Luna Schulze

KINKER, SONIA. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais:** Campinas: Papirus, 2002.

MMA. **Planejamento e Operação de Programas de voluntariado em Unidades de Conservação.** DAP: Brasília, 2002.

MMA. **Portaria nº 19 de 21 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a criação do Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação.

NPS. Disponível em: <<http://www.nps.gov/index.htm>>. Acessado em: 26 ago. 2009.

PARKS. Disponível em: <http://www.parks.ca.gov/?page_id=886>. Acessado em 25 ago. 2009.

REBOLLO, Enrique O. La ordenacion Del território como instrumento para el desarrollo sostenible. In: APARICIO, JOSÉ M.; REBOLLO, ENRIQUE O. **Ordenacion del território y desarrollo sostenible.** Madrid: Ciudad Argentina, 2004.

REDDAM, O. A. El desarrollo turístico em los espacios naturales protegidos: El Parque Natural Nacional de Talassemtane (Marruecos). In: IVARS BAIDAL, Josep A, VERA REBOLLO, J. F.. **Espacios turísticos:** mercantilizacion, paisaje e identidad. Alicante: Agua Clara, 2008.

SANTOS, Milton. Território e sociedade. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2009.

SOUZA, Cláudio Alexandre. **Voluntariado em Áreas Protegidas: Estudo de Caso do Department Of Conservation na Nova Zelândia.** Foz do Iguaçu, PR [], 2009.

ZIMMERMANN, Andrea. **Visitação nos Parques Nacionais Brasileiros:** um estudo luz das experiências do Equador e da Argentina. Brasília: UnB.2006. (Dissertação de Mestrado).